

CASTELOS MEDIEVAIS PORTUGUESES. ORIGENS E EVOLUÇÃO (SÉC. IX-XIV)

Mário JORGE BARROCA

Foi-me pedido que apresentasse uma perspectiva geral da evolução do Castelo no espaço territorial português ao longo da Idade Média. Tarefa ingrata e arriscada, dada a sua dimensão e tendo em conta o atraso que ainda sentimos em muitos domínios, quer ao nível da História Medieval, quer ao nível da Arqueologia Medieval. Na realidade, muitas fontes documentais de crucial importância para a compreensão da castelologia portuguesa permanecem inéditas (quer ao nível da documentação central, das Chancelarias Régias, onde se verifica um incontornável hiato entre os inícios do Séc. XIII e os meados do Séc. XIV, percorrendo alguns dos reinados-chave para a compreensão da evolução do Castelo medieval em Portugal, como é o caso dos reinados de D. Afonso III e D. Dinis; quer em relação às Inquirições gerais do séc. XIV, ordenadas por D. Dinis e D. Afonso IV, e em relação a algumas Inquirições particulares, realizadas ao longo dos séc. XIII e XIV; quer, finalmente, ao nível de documentação particular, nomeadamente no que concerne aos cartulários das Ordens Militares, que permanecem inéditos)¹. Por outro lado, para a maior parte dos castelos portugueses continuamos a sentir a falta de estudos monográficos sólidos, alicerçados em metodologias modernas², com bons levantamentos documentais e gráficos, com plantas rigorosas e actualizadas, o que nos obriga a recorrer a textos que, na sua maioria, estão envelhecidos várias dezenas de anos. Por fim,

1 No que respeita à documentação central, encontram-se publicados os documentos respeitantes aos governos do Conde D. Henrique e de D. Teresa e aos reinados de D. Afonso Henriques (RUI DE AZEVEDO, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios (1095-1185)*, 2 vols., Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958-1962) e de D. Sancho I (RUI DE AZEVEDO, Avelino de Jesus DA COSTA e Marcelino R. PEREIRA, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Coimbra, 1979). Falta publicar a massa documental respeitante aos reinados de D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III e D. Dinis, portanto respeitante aos reinados entre os anos de 1211 e 1325. Depois, e relativamente ao Século XIV, encontram-se publicados os Livros de Chancelaria de D. Afonso IV e de D. Pedro I (A. H. DE OLIVEIRA MARQUES (coord. de), *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, 3 vols., Lisboa, 1990-92, e *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, Lisboa, 1984), mas ainda faltam os de D. Fernando e de D. João I. No que concerne às Inquirições, encontram-se publicadas as Inquirições Gerais de D. Afonso II (1220) e de D. Afonso III (1258) (in *Portugalia Monumenta Historica... Inquisitiones*, Lisboa, Academia das Ciências, 1888 e ss.), que constituem preciosas e invulgares fontes de informação, mas falta publicar as várias Inquirições ordenadas por D. Dinis e por D. Afonso IV. Por fim, no que respeita à documentação das Ordens Militares, embora se devam registar progressos significativos no seu conhecimento, sobretudo graças a um conjunto de dissertações de Mestrado defendidas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, permanece inédita a massa documental dessas instituições.

2 Algumas excepções merecem, no entanto, destaque. Citemos, como bom exemplo de uma monografia sobre um castelo, o estudo modular de Saúl António GOMES, *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Leiria, C.M., 1995. O país conheceu, ainda, algumas tentativas de síntese relativamente recentes, entre as quais salientaremos Rafael MOREIRA (Dir. de), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, 1989 (com capítulos consagrados ao castelo muçulmano, ao castelo românico e ao castelo gótico respectivamente da autoria de Rosa VARELA GOMES, Carlos Alberto FERREIRA DE ALMEIDA e José Custódio VIEIRA DA SILVA).

devemos sublinhar que a Arqueologia Medieval, disciplina de tradição recente em Portugal, que surgiu nos *curricula* universitários apenas em 1978 e que tem conhecido um crescimento notável de então para cá, ainda não produziu um volume de dados suficientemente significativo para ajudar a re-escrever a história da arquitectura militar em Portugal. A situação agrava-se se atendermos a que muitas escavações, em curso ou já concluídas, permanecem inéditas. Deste modo, traçar a evolução da Arquitectura Militar no Portugal medieval é como tentar fazer um *puzzle* ao qual, à partida, sabemos faltarem várias peças. É essa tarefa ingrata que procuraremos traçar nas próximas páginas.

O primeiro problema que se coloca é, obviamente, definir o momento em que surgem as primeiras estruturas castelares no território hoje português. Já tivemos oportunidade de sublinhar, em outro estudo nosso³, a grande originalidade do castelo medieval no quadro das soluções defensivas ensaiadas até então no Norte de Portugal. Na realidade, durante muito tempo as necessidades de defesa conduziram, invariavelmente, à fortificação do habitat. A Alta Idade Média, suevo-visigótica, continuou, na sequência da Antiguidade Tardia, a ignorar o castelo e recorreu, sempre que teve necessidade, à fortificação dos povoados. A Crónica de Idácio, fonte de crucial importância para esta época, fornece-nos diversos exemplos de construções defensivas, mas nenhuma delas passou pela criação de castelos⁴. Todas se referem a povoados fortificados. O aparecimento do castelo é, portanto, uma realidade posterior aos fins do Séc. VII. Com o período da Reconquista a situação viria a transformar-se. Reflexo de uma nova estrutura de povoamento, radicalmente dispersa pelos vales agrícolas e pouco nuclearizada, no quadro de uma sociedade que mantinha um prudente afastamento em relação aos espaços urbanos, os problemas de segurança estariam origem dos primeiros castelos, estrutura arquitectónica profundamente inovadora.

Na realidade, o castelo, tal como o conheceu a Idade Média —um pequeno pátio rodeado por muralha, com ou sem torreões adossados, com ou sem Torre de Menagem, concebido para controlar um território e albergar uma pequena guarnição militar, e que, em caso de perigo, podia servir de abrigo às populações que viviam nas suas imediações— é uma invenção dos tempos medievais, que as épocas anteriores ignoraram. Diríamos mesmo que foi a mais original das inovações que a Idade Média nos facultou e que, por isso, é justamente uma das estruturas arquitectónicas que nos evoca esses tempos de forma mais poderosa. No Noroeste de Portugal podemos, a partir de bases documentais e arqueológicas, defender que o castelo surge apenas no período da Reconquista. Para sermos mais precisos, no Entre-Douro-e-Minho começamos a detectar este tipo de estruturas a partir dos meados do Séc. IX. O aparecimento desta nova estrutura arquitectónica, que esteve na base da militarização e feudalização da paisagem do Entre-Douro-e-Minho, está, assim, directamente relacionado com as primeiras presúrias, de Afonso III das Astúrias. Recordemos que o processo da Reconquista se revestiu de maior precocidade na fachada atlântica do que em outras zonas da Península. Na realidade, enquanto que na zona da Marca Superior, a linha de fronteira entre cristãos e muçulmanos esteve por muito tempo estabilizada no vale do Ebro, na zona Ocidental da Península verificamos avanços relativamente precoces. Tuy foi presuriada em 854 por Afonso Betotes, momento que assinala a fixação da fronteira cristã no vale do rio Minho. Poucos anos depois, em 868, era a vez do Porto ser presuriado por Vímara Peres, ficando o vale do Rio Douro a constituir, neste extremo ocidental, o novo espaço de fronteira⁵. A partir de *Portucale* o processo de presúria estender-

3 Cf. Mário JORGE BARROCA, «Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)», *Portugalia*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto, 1990-91, pp. 89-92. Este estudo conheceu edição autónoma em 1994 (cf. Mário JORGE BARROCA, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994).

4 Vd. Hydace, *Chronique*, ed. de Alain TRANOY, 2 vols., col. Sources Chrétiennes, n° 218-219, Paris, Ed. du Cerf, 1974.

5 PMH, *Scriptores*, p. 20: «Era DCCCCVI prenditus est Portucale ad Vimarani Petri».

se-ia a todo o Entre-Douro-e-Minho: a partir de 870 voltamos a ter referências documentais ao território bracarense⁶, dois séculos antes de voltar a ter bispo residente (o que acontece apenas a partir de 1071, com o Bispo D. Pedro⁷). O diploma de 870, que comemora a construção da igreja de S. Miguel de Negrelas (hoje S. Miguel do Paraíso, freg. do conc. de Guimarães), regista a presúria desta povoação («... *nostra villa que presimus cum cornam et albende...*»), e localiza o templo no território Bracarense, sob a alçada de Portucala e a protecção de um castelo local (o «*mons Cavallus*»): «... *baselica sita et fundata est in villa Negrelus territorio Bracharensis urbium Portucalensis secum Sancte Marie subtus mons Cavallus prope rivulum have...*»⁸. Nove anos depois, em 879 surgia *Vimaranes*, fundada pelo conde Vímara Peres, embrião da actual cidade de Guimarães (que é, neste sentido, um núcleo de povoamento que resulta do processo da Reconquista). Em 872 o Conde Odoário, oriundo da zona de Orense, presuriava Chaves e, a partir desse ponto, o domínio cristão estendia-se na zona de Trás-os-Montes ocidental⁹. E, finalmente, em 878 era a vez do Conde Hermenegildo proceder à primeira reconquista de Coimbra, nas margens do Mondego¹⁰. A cidade não ficaria permanentemente na posse das forças cristãs, tendo sido tomada de novo pelas forças de Al-Mansur em fins do Séc. X (987) e apenas reconquistada definitivamente pelos cristãos em 1064. No entanto, devemos sublinhar que durante mais de um século, entre 878 e 987, a fronteira cristã se colocou, na zona ocidental da Península, ao longo do vale do Mondego. É essa circunstância que explica que em 912 seja fundada ou sagrada a Igreja de S. Pedro de Lourosa da Serra, um templo moçárabe que resulta da fuga para Norte de moçárabes fugindo à vaga de intolerância que acompanhou a ascensão ao poder de Abd Al-Rahman III (912-961), um processo que deu origem a outros célebres monumentos moçárabes (como é o caso da Igreja de S. Miguel de Escalada, junto a León, datada de 913). Outros pontos a Sul do Douro seriam igualmente repovoados por ordem de Afonso III. É o caso da *civitas* de Viseu, que as Crónicas *Rotensis* e *Ad Sebastianum*, declaram expressamente ter sido povoada por iniciativa daquele monarca asturiano¹¹.

Para melhor avaliarmos o extraordinário avanço que o processo da Reconquista assumiu na fachada atlântica da Península Ibérica basta compararmos os principais marcos cronológicos da fixação da fronteira ao longo do vale do Douro: Porto em 868, Zamora em 893, Toro em 900, Simancas em 889, Osma em 912. Um processo que, portanto, atravessa todo o reinado de Afonso III das Astúrias (866-910) e que se conclui já no de Ordonho II. Para que na zona da Marca Superior fosse ultrapassado o vale do Ebro ainda seria necessário aguardar muito.

É neste contexto histórico e militar que assistimos ao aparecimento dos primeiros castelos no Noroeste de Portugal. Não sabemos se as populações autóctones já possuíam algumas estruturas de defesa, erguidas com esforço colectivo, antes da chegada dos primeiros presores. Se as tinham, a escassa documentação da época não o deixa transparecer. Mas pouco depois das primeiras presúrias começamos a assistir ao aparecimento de referências documentais a estruturas castelares. A organização militar que Afonso III das Astúrias implantou nestes

6 PMH, DC 5 (= VMH, 1).

7 Cf. Avelino de Jesus DA COSTA, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra, 1959.

8 Cf. PMH, DC 5 (= VMH, 1).

9 A referência à presúria de Odoário encontra-se em documento de Celanova datado de 982, onde se declara: «... *data esta terra ad populandum illustrissimo viro domno Odoario digno bellatori, in Era DCCCCX, a principe serenissimo domno Adefonso; qui venit in civitate Falvias, secus fluvium Tamice, vicos et castella erexit, et civitates munivit, et villas populavit ...*» (cf., entre outros, Lucien BARRAU-DIHIGO, *Historia Política del Reino Asturiano (718-910)*, Gijón, 1989, p. 172; e Luís GONZAGA DE AZEVEDO, *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, 2ª ed., 1939, p. 88).

10 PMH, Scriptores, p. 20: «*Era DCCCCXVI prendita est Conimbria ad Ermenegildo Comite*».

11 Crónica *Rotensis*: «... *Rudis namque nostris temporibus quum civitas Viseo et suburbis eius iussum nostrum esset populatus*.» (cf. Juan GIL FERNÁNDEZ, José L. MORALEJO, Juan RUIZ DE LA PEÑA, *Cronicas Asturianas*, Oviedo, 1985, p. 122). Passagem de teor idêntico na Crónica *Ad Sebastianum* (op. cit., 1985, p. 123).

territórios recém-reconquistados teve por modelo as *civitates*, amplos espaços territoriais que eram, do ponto de vista militar, encabeçados por uma estrutura militar. Uma organização que, portanto, não se afasta muito da que o mesmo monarca instituiu noutras zonas do seu reino, nomeadamente com as *mandationes* ou *commissiones* galegas. Logo em 875 começa a ser referida a *civitas* de Anégia, a mais bem caracterizada de todas *civitates* que Afonso III criou na zona portuguesa, que permanecerá em vigor entre 875 e a segunda metade do séc. XI, entrando em decadência a partir dos finais da centúria. A Crónica *Rotensis* regista este momento quando declara que Afonso III, juntamente com seu irmão Fruela, tomou muitas *civitates*, nomeadamente as de Porto, Anégia, Braga, Chaves e Viseu¹². A *civitas* de Anégia localizava-se num pequeno esporão junto da foz do Rio Tâmega, onde este rio desagua no Douro, onde hoje se ergue a Capela da Senhora da Cidade (freg. de St^a. Maria de Eja, conc. de Penafiel)¹³. Desde há muito conhecida dos historiadores a partir das numerosas referências documentais (mais de meia centena de documentos, balizados entre 875 e os fins do Séc. XII), por sua estrutura arquitetónica seria identificada e valorizada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida¹⁴. A *civitas* ergueu-se num pequeno esporão situado na periferia de um povoado romanizado, que teve ocupação pelo menos até ao séc. VI, e que deve ter sido por essa altura reocupado. A situação geográfica da *civitas* de Anégia permitia-lhe vigiar o curso final do Tâmega e o vale do rio Douro. Da velha estrutura militar restam alguns vestígios de muralha em talude, com revestimento pétreo na face voltada ao exterior, definindo uma plataforma de exíguas dimensões, com 15 por 20 metros. A sua localização no terreno, num esporão periférico ao monte principal, onde se erguia o povoado, não pode deixar de recordar o exemplo do Porto, sede de outra das *civitates* criadas por Afonso III das Astúrias. Também no caso do Porto o povoado civil se localizava num monte e a sede militar numa colina periférica: o povoado principal no Morro da Pena Ventosa, em torno do polo religioso, onde depois se construiu a Sé românica; o polo militar, com a *civitas*, num pequeno esporão periférico a Nordeste, que a toponímia urbana memorizou como a Cidade e que foi parcialmente destruído pelo progresso urbano nos anos 50 do nosso século. Temos conhecimento, documental e arqueológico, de outras estruturas similares criadas por Afonso III ou por outros monarcas em épocas posteriores: Chaves, Braga, Lamego, Viseu, Seia e Coimbra foram igualmente sede de *civitates*. Uma delas, a *civitas* de Santa Maria (freg. de St^a. Maria da Feira, conc. da Feira), criada já no Séc. X e documentada desde 977, revela-se particularmente importante pelos vestígios arquitectónicos ainda sobreviventes. Trata-se de uma estrutura militar que ganha uma importância crescente quando a zona do vale do Vouga volta a assumir-se como espaço de fronteira, nos fins do Séc. X, depois de as forças cristãs terem perdido Coimbra e o seu território para as forças muçulmanas comandadas por Al-Mansur (987). E que perderia progressivamente a importância adquirida quando, depois de 1064, as forças cristãs voltam a ocupar, agora definitivamente, a cidade de Coimbra e o vale do Mondego, na sequência das campanhas de Fernando o Magno.

12 Crónica *Rotensis*: «... ad universo populo Adefonsus eligitur in regno, qui cum gratia divina regni suscepit scepra. Inimicorum ab eo semper fuit audacia comprehensa. Qui cum fratre froilane sepius exercitu mobens multas civitates bellando cepit, id est, Lucum, Tudem, Portugalem, Anegiam, Bracaram metropolitana, Viseo, Flavias ...» (cf. Juan GIL FERNÁNDEZ, José L. MORALEJO, Juan RUIZ DE LA PEÑA, *Crónicas Asturianas*, Oviedo, 1985, p. 132). Texto similar, embora sem a referência a Anégia, encontra-se na Crónica *Ad Sebastianum* (op. cit., 1985, p. 133).

13 Pode, assim, ser corrigida uma nota, na mais recente edição das Crónicas Asturianas, que regista Anégia como localidade não identificada do Norte de Portugal (cf. Juan GIL FERNÁNDEZ, José L. MORALEJO, Juan RUIZ DE LA PEÑA, *Crónicas Asturianas*, Oviedo, 1985, p. 207, nota 40).

14 Cf. Carlos Alberto FERREIRA DE ALMEIDA e Francisco Gaspar DE ALMEIDA LOPES, «Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a Igreja de S. Miguel», *Portugalia*, Nova Série, vol. II/III, Porto, 1981-82, pp. 131-133. Vd. tb., Mário JORGE BARROCA, «Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX-XIII)», *Portugalia*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto, 1990-91, pp. 92-93; António M. CARVALHO LIMA, *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séc. IX-XII)*, Diss. de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras, ed. policopiada, 1993, pp. 31-39 e 118-119.

A organização do território do Norte de Portugal em *civitates* não impediu que se multiplicassem castelos de iniciativa das populações. Na realidade, as *civitates*, enquanto locais centrais de um território, conviviam com diversas outras estruturas de defesa e refúgio, erguidas pelas populações. De resto, o período de maior dinamismo do incastelamento corresponde, precisamente, ao momento em que as *civitates* estruturavam a organização militar e administrativa da região. Compreende-se que assim seja se tivermos em atenção que as *civitates* eram territórios relativamente amplos, impossíveis de serem eficazmente defendidos a partir de um único local fortificado. Só para referir o exemplo de Anégia, que conhecemos melhor, podemos dizer que o território desta *civitas* se estendia por ambas as margens do Douro ao longo de cerca de 30 km, abrangendo diversos concelhos da actual divisão administrativa. Dentro do seu âmbito, Anégia chegou a comportar pelo menos 16 outras estruturas defensivas, de menores proporções, que conviveram com a *civitas*. A documentação da época designa invariavelmente estas estruturas secundárias por *mons*, *monte*, *alpe* ou *castrum*. Como Carlos Alberto Ferreira de Almeida teve oportunidade de evidenciar¹⁵, estas designações correspondiam a pontos fortificados, a castelos roqueiros, erguidos no alto de montes, entre penedos graníticos, locais de refúgio criados pelas populações para sua defesa. Eram montes onde os trabalhos de defesa eram sumários, essencialmente constituídos por movimentação de terras, com criação de desaterros e fossos, e pela construção de muralhas, muitas vezes apenas do tipo de talude, com revestimento pétreo exterior, utilizando de um aparelho construtivo incipiente, de grandes proporções mas mal aparelhado, sem argamassa. Estes castelos de refúgio, erguidos entre penedos graníticos, no alto de montes, com arquitecturas pouco elaboradas, desconhecendo a maioria das soluções da arquitectura militar medieval (como é o caso dos torreões adossados aos panos de muralha), foram-se multiplicando de forma crescente ao longo do Séc. X mas, sobretudo, ao longo do Séc. XI. Efectivamente, é nesta última centúria que se detecta um maior dinamismo no processo de incastelamento do Entre-Douro-e-Minho e da zona Norte das Beiras.

O aparecimento do castelo no Noroeste de Portugal, a partir dos meados do Séc. IX, na sequência das primeiras presúrias, e o modelo de estruturação do território adoptado desde então são processos que apresentam estreito paralelismo, quer em termos de cronologias, quer em termos de soluções arquitectónicas, com o que outros autores têm vindo a estudar em diversas zonas de Espanha. Referimo-nos, concretamente, aos inovadores estudos empreendidos por José Avelino Gutiérrez González para a zona de León, e às linhas de força apontadas por Francesc Fité para a Catalunha e por André Bazzana numa recente síntese sobre o aparecimento do castelo nas zonas setentrionais da Península Ibérica¹⁶. Não podemos, de facto, deixar de sublinhar como são singularmente parecidas as opções detectadas por José Avelino Gutiérrez González em todo o esforço de reconquista e repovoamento da planície leonesa, nomeadamente no que concerne ao sistema fortificado que Afonso III criou no bordo Sul da Cordilheira Cantábrica, cerca de 872, e as opções tomadas no Norte de Portugal sensivelmente pela mesma época, quando se cria Anégia (875) e se reestruturam os sistemas defensivos do Entre-Douro-e-Minho.

15 Carlos Alberto FERREIRA DE ALMEIDA, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*, Diss. complementar de Doutoramento, Porto, 1978. As suas ideias foram retomadas em diversos outros estudos, nomeadamente em «Castelos e Cercas medievais (Séc. X a XIII)», *História das Fortificações Portuguesa no Mundo*, Lisboa, 1989, pp. 38-54, e em «Castelos Medievais do Noroeste de Portugal», *Finis Terrae — Estudos em Lembrança do Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela, 1992, pp. 371-385.

16 Vd. José Avelino GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, «Sistemas defensivos y de Repoblación en el Reino de León», *III Congreso de Arqueología Medieval Española*, Actas, vol. I, Ponências, Oviedo, 1989, pp. 169-191; José Avelino GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, *Fortificaciones y Feudalismo en el origen y formación del Reino Leonés (Siglos IX-XIII)*, Diss. de Doutoramento, Universidad de Valladolid, 1993; Francesc FITÉ, «Arquitectura Militar y Repoblación en Catalunya (Siglos VIII al XI)», *III Congreso de Arqueología Medieval Española*, Actas, vol. I, Ponências, Oviedo, 1989, pp. 195-235; André BAZZANA, «Le Début du Château dans l'Espagne Septentrionale», *Château Gaillard — Études de Castellologie Médiévale*, vol. XVI, Université de Caen, 1994, pp. 33-43.

O processo de incastelamento do Entre-Douro-e-Minho, que se desenha desde meados do Séc. IX e que atinge o auge no Séc. XI, deu origem a dois grandes grupos de estruturas castelares: por um lado, castelos de iniciativa local, resultantes da iniciativa das comunidades e utilizando soluções arquitectónicas menos elaboradas, que na documentação da época são muitas vezes designados apenas como *monte*, *alpe* ou *castrum*; e, por outro lado, castelos de iniciativa condal, com soluções arquitectónicas mais elaboradas, adoptando muitas vezes plantas sub-quadrangulares ou rectangulares, estruturas que a documentação da época designa como *castellum*. Estas estruturas condaís foram sempre mais ou menos excepcionais, e por isso as populações sentiram necessidade de erguer uma densa rede de pontos fortificados por sua iniciativa. O incastelamento do Entre-Douro-e-Minho teve, no entanto, diferentes ritmos. O vale do Douro, em ambas as suas margens, foi a zona onde mais precocemente se desenvolveu o fenómeno e onde este foi mais extenso e profundo. É aqui que encontramos o maior número de castelos, revelando uma densidade muito maior do que acontece com outras zonas do Entre-Douro-e-Minho, nomeadamente no que se refere ao Alto Minho. Diríamos, assim, que o incastelamento se verifica primeiro e de forma mais extensa nas zonas de fronteira, e que teve uma menor incidência e uma cronologia mais tardia nas zonas mais recuadas, do Norte ou do interior de Portugal. No entanto, muitos destes castelos, fruto do tipo de estruturas defensivas adoptadas e da técnica de construção utilizada, deixaram poucos vestígios visíveis, sendo difíceis de detectar e de estudar.

Dentro dos castelos condaís não podemos deixar de apontar alguns exemplos mais importantes. O primeiro desses exemplos é o Castelo de Guimarães, erguido por Mumadona Dias entre 950 e 957 para protecção do mosteiro de Guimarães, que a Condessa fundara¹⁷. O Castelo de Guimarães é o primeiro exemplo de um castelo erguido para proteger um mosteiro, um binómio que a Idade Média tantas vezes repetiu. No entanto, da fase inicial do Castelo de Guimarães, dos meados do Séc. X, não restam hoje vestígios, destruídos pelas fases posteriores, nomeadamente pela reforma do tempo do Conde D. Henrique e, sobretudo, pelas profundas reformas românico-góticas, do séc. XII-XIII, que conferiram a este castelo o perfil que hoje conhecemos¹⁸. Para além de Guimarães são conhecidos outros castelos de iniciativa condal, como é o caso do castelo de Vermoim (Vila Nova de Famalicão) que sofreu em 1016 um assalto de Normandos¹⁹, e o notável castelo de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso) que apresenta uma fase inicial do séc. X e uma reforma profunda nos fins do Séc. XI, ordenada pelo Bispo bracarense D. Pedro (1070-1091)²⁰. Mas o mais notável conjunto de castelos de iniciativa condal encontra-se plasmado num célebre documento de D. Flamula ou Chamoia Rodrigues, datado de 960. Trata-se de uma ampla doação de bens que esta senhora, sobrinha de D. Mumadona Dias, fez ao Mosteiro de Guimarães, quando entrou para esta instituição como *deovota*. Entre os avultados bens que legou, D. Flamula deixou diversos castelos na zona da Beira, a Sul do Douro e a Ocidente do rio Côa, na zona Leste do actual território português. A passagem do diploma que se reporta a estes castelos refere-os como: «... *nostros castellos id est Trancoso, Moraria, Longobria, Nauman, Vacinata, Amindula, Pena de Dono, Alcobria, Seniorzelli, Ca-*

17 O primeiro documento que refere o castelo de Guimarães data de 8 de Junho de 957 (PMH, DC 71 = VMH, 8). No entanto, o mais celebrizado diploma referente a este castelo é o pergaminho de 968 pelo qual D. Mumadona Dias doa ao Mosteiro de Guimarães o castelo que erguera e onde declara: «... *laboravimus castellum quod vocitant sanctum Mames in locum predictum Alpe Latito quod est super huius monasterio constructum et post defensaculo huius Sancto Cenobio cum fratribus et sororibus in ipso monasterio persistentibus ...*» (PMH, DC 97; VMH, 14). A fundação do Mosteiro de Guimarães verificou-se em 950.

18 Sobre a evolução do Castelo de Guimarães vd. Mário JORGE BARROCA, «O Castelo de Guimarães», *Patrimonia*, vol. 1, Cascais, Outubro de 1996, pp. 17-28.

19 PMH, Scriptores, p. 9: «*Era MLIV VIIIº Idus Septembris veniunt Lormanens ad castellum Vermudii, quod est in provincia Bracharensis. Comes tunc ibi erat Alvitus Nuniz.*».

20 Vd. Mário JORGE BARROCA, «Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)», *Portugalia*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto, 1990-91, pp. 111-114.

ria, cum alias penellas et populaturas que sunt in ipsa Stremadura...»²¹. Estes castelos, que já tivemos oportunidade de estudar em 1990-91, encontram-se localizados na Beira interior, a Leste da cidade de Lamego e a Ocidente do rio Côa, correspondendo a uma área geográfica coerente que penetra quase 50 km a Sul do Douro (tomando em conta o exemplo mais meridional, Trancoso). Eles constituíam, verdadeiramente, a *estremadura* nesta zona interior, enclausurando o espaço detido pelas forças cristãs a Sul do Douro. Na realidade, em 960 as forças cristãs tinham na sua posse Montemor-o-Velho, Coimbra, Seia e Viseu, ou seja, ocupavam o vale do Mondego. A Leste de Viseu, que era cabeça de *civitas*, o espaço de fronteira inflectia para Norte, em direcção ao curso do Douro. Os castelos que D. Flamula possuía em 960 e que entregava ao Mosteiro de Guimarães constituíam a rede de castelos condaís neste espaço, desde Trancoso (o ponto mais meridional) até Numão e Almendra, a Norte, já próximo do Douro. A identificação dos castelos referidos no diploma de 960 oferece algumas dificuldades mas julgamos que todos podem ser localizados: *Trancoso* corresponde hoje a Trancoso; *Moraria* a Moreira de Rei; *Longobria* a Longroiva; *Nauman* a Numão; *Vacinata* corresponderá a Muxagata (?); *Amindula* a Almendra; *Pena de Dono* a Penedono; *Alcobria* a Alcarve; *Seniorzelli* a Sernancelhe; *Caria* a Caria²². Vários destes castelos apresentam ainda hoje estruturas medievais (como é o caso de Numão, de Moreira de Rei, de Longroiva e de Penedono), mas esses vestígios correspondem a reformas românicas. Há, no entanto, um caso excepcional em que a estrutura que existia no tempo de D. Flamula, em 960, ainda se conserva. Referimo-nos à torre moçárabe do Castelo de Trancoso, que tivemos oportunidade de identificar e valorizar pela primeira vez em 1990-91, e que é uma construção que remonta aos meados do Séc. X. Trata-se de uma potente torre, bastante larga, de perfil tronco-piramidal, com porta de acesso rasgada no 1º andar e munida de arco ultrapassado, que recorda, com as devidas distâncias, o exemplo da Torre de D. Urraca em Covarrubias (Burgos)²³. A sobrevivência desta estrutura moçárabe ficou a dever-se ao facto de ela, mais tarde, ter sido incorporada dentro do perímetro do castelo românico de Trancoso, passando a exercer as funções de Torre de Menagem.

Os castelos das Beiras, que D. Flamula entregou ao Mosteiro de Guimarães em 960, podem não ter sido erguidos por sua iniciativa. Na realidade, muitos dos bens doados em 960 tinham chegado às suas mãos por herança paterna. E, se assim fosse, eles poderiam ter sido erguidos por iniciativa de D. Rodrigo Tedones, sendo o resultado da política de repovoamento a Sul do Douro encetada por Ramiro II depois da vitória de Simancas (939).

A doação de 960 conduziu os castelos de D. Flamula para a posse do Mosteiro de Guimarães, que os deteve durante três décadas. No entanto, com a aproximação dos finais da centúria, as forças cristãs enfrentariam um período caracterizado por uma conjuntura desfavorável. A reorganização militar que Al-Mansur implementou em 980 traduziu-se num reforço do poder muçulmano e numa série de vitórias militares. Na área que hoje constitui Portugal são conhecidas duas campanhas decisivas. Uma, em 987, que teve por palco a Beira. Por essa altura Coimbra e Montemor-o-Velho voltam a cair na mão das forças muçulmanas, e manter-se-ão nessa esfera do seu poder durante quase 80 anos, até 1064²⁴. É possível que tenha sido por esta altura que, um após outro, todos os antigos castelos de D. Flamula passaram para o poder das forças

21 PMH, DC 81 (= VMH, 11).

22 Sobre a identificação destes topónimos e a importância do diploma de 960 veja-se Luís Filipe Lindley Cintra, *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, 2ª ed., Lisboa, 1984, pp. XXXVI-XXXVII. Uma primeira abordagem destes castelos encontra-se em Mário JORGE BARROCA, «Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)», *Portugalia*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto, 1990-91, pp. 94-98.

23 Cf. Jacques FONTAINE, *L'Art Mozarabe*, Yonne, Zodiaque, 1973, pp. 207-211; M. T. SÁNCHEZ TRUJILLANO, «Las Torres de Covarrubias y Noviercas», *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, vol. LXXXIX, fasc. 3, Madrid, 1976, pp. 665-682.

24 Nos *Annales Portucalenses Veteres* registou-se a queda de Coimbra em 987: «In Era T^o XXV^o Almanzur accepit Colimbrian III^o Kalendas Iulli.» (cf. António CRUZ, *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, 1968, p. 27).

muçulmanas. Se não foi em 987, terá sido seguramente em 997, data da segunda grande campanha de Al-Mansur que afecta o território português, quando este se dirigiu para Santiago de Compostela, atravessando precisamente a Beira portuguesa, passando por Viseu e Lamego. O certo é que em fins do Séc. X o Mosteiro de Guimarães tinha perdido os seus castelos da Beira, e a fronteira tinha recuado do vale do Mondego, onde se fixara em 878, para a zona do Entre-Vouga-e-Douro. É neste contexto que a *civitas* de Santa Maria ganha nova importância estratégica, verificando-se importantes obras de reforma, de que sobrevivem vestígios significativos.

A conjuntura militarmente desfavorável para as forças cristãs seria ainda acentuada por uma série de ataques normandos que assolaram a costa atlântica e que ocorrem precisamente em fins do Séc. X e ao longo do primeiro quartel do Séc. XI. Esta dupla situação (sucessos militares califais e incursões normandas), contribuiu para acentuar o sentimento de insegurança entre as populações do Entre-Douro-e-Minho e, particularmente, do Douro Litoral. Em resposta, o processo de incastelamento incrementou-se ainda mais. Multiplicam-se, nos documentos da primeira metade do Séc. XI, as referências a castelos com uma particular incidência precisamente nesta área mais meridional do Entre-Douro-e-Minho e do primeiro Condado Portucalense. Alguns cálculos mais recentes apontam para a existência de quase 300 castelos no Entre-Douro-e-Minho, numa densidade por vezes equivalente à da rede paroquial²⁵. No entanto, a conjuntura militar, desfavorável para as forças cristãs, viria a modificar-se radicalmente. Em 1031 o desaparecimento definitivo do Califado de Córdoba e a fragmentação do poder muçulmano, com a constituição dos primeiros reinos taifas (1031-1090), inauguraria uma nova fase mais favorável às forças cristãs, que aproveitaram para empreender uma série de campanhas militares em diversas frentes. No território actualmente português, esta nova fase seria marcada, nos meados da centúria, pela vitoriosa Campanha das Beiras, encetada por Fernando o Magno. Em 1055 era reconquistada Seia, um pouco a Sul do Mondego. Depois, entre 1057 e 1058 as forças do monarca promovem uma campanha militar que, partindo de Sul, haveria de conduzir à conquista de uma série de estruturas militares, assegurando de novo o domínio da Beira. Os primeiros castelos a serem reconquistados seriam os castelos que D. Flamula doara ao Mosteiro de Guimarães, que devem ter sido de novo conquistados entre 1055 e 1057. Depois de atingido o Douro, as forças cristãs dirigiram-se a Lamego, que reconquistam definitivamente em 1057. No ano seguinte, em 1058, reconquista-se S. Martinho de Mouros (1058), importante castelo junto do Douro, de que sobrevivem vestígios significativos. Depois, dirigindo-se para Sul, reconquistariam definitivamente Viseu (1058). A campanha militar incluiu ainda outras estruturas, como é o caso dos castelos de Travanca e de Penalva (hoje Travanca, conc. de Mangualde, e Penalva do Castelo, sede do conc. do mesmo nome). A Crónica *Gothorum* relata-nos este momento decisivo: «... Era MCXVI, IIII^o Calendas Augusti, in die S. Cucufatis, rex Domnus Fernandus cepit civitatem Viseum, post ea Geisam, et S. Martinum de Mauris, et Travanca, et Penalviam, atque cetera castella christianorum vicinatum per annos VIII...»²⁶. Significativamente, pouco depois, em 1059, o Mosteiro de Guimarães fazia um novo inventário dos seus bens e os castelos de D. Flamula voltariam a ser referidos entre as suas propriedades, reflexo de que Fernando o Magno voltou a entregar as fortificações aos monges vimaranenses²⁷. Neste novo inventário figura pela primeira vez o castelo de *Terrenio* (hoje Terrenho, conc. de Trancoso). Para além destas fortificações e *civitates* reconquistadas definitivamente por Fernando o Magno e referidas na *Chronica Gothorum*, o Monge de Silos acrescentaria ainda o

25 Cf., entre outros estudos, Carlos Alberto FERREIRA DE ALMEIDA, «Castelos Medievais do Noroeste de Portugal», *Finis Terrae — Estudos em Lembrança do Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela, 1992, p. 379.

26 PMH, Scriptores, pp. 9-10.

27 «... Et in extremis ex alia parte Durio castellos id sunt Trancoso, cum suas villas. Longobria. Terrenio. Moraria. Nauman. Vacinada. Pennadedomno. Amendula. Seniorzelli. Alcobria et Caria. Ista penas cum toto sua devido ...» (PMH, DC 420 = VMH, 45).

castelo de Tarouca, um pouco a Sul de Lamego, e o castelo de St^a. Justa, hoje conhecido pelo nome de Marialva²⁸. Este extraordinário momento militar, que se arrastou por 8 anos, anunciava a investida final contra a cidade de Coimbra, que seria tomada em 9 de Julho de 1064 pelas forças leonesas de Fernando o Magno graças aos conselhos do moçárabe D. Sesnando Davides²⁹. A conquista de Coimbra arrastaria consigo a queda de diversos outros pontos fortificados em torno da cidade que passaram para a posse das forças cristãs, entre os quais se contavam os castelos de St^a. Eulália, de Montemor-o-Velho, de Soure, de Penela, de Arouce e de Miranda do Corvo. Fernando o Magno, em reconhecimento do contributo decisivo prestado por D. Sesnando encarregaria este moçárabe do governo de Coimbra (elevando-o a *Alvazil* da cidade) e de todo o vasto território que, a Norte, ia desde Lamego até à foz do Douro pelo curso deste rio, e que a Sul se estendia até à zona de Coimbra e até onde as forças cristãs dominassem³⁰. Sesnando Davides tornar-se-ia, deste modo, um dos mais poderosos nobres no seu tempo e a fronteira cristã ficaria, agora definitivamente, localizada ao longo do vale do Mondego.

De todos os castelos que foram palco da Campanha de 1055-1058 um dos que apresenta vestígios mais importantes é o Castelo de S. Martinho de Mouros, na margem Sul do Douro, reconquistado em 1058. Em torno desse castelo sobrevivem vestígios importantes de um habitat e, no alto do monte, encontramos a cisterna, escavada na rocha, e importantes vestígios de uma muralha, aparentemente em talude, ignorando torreões mas adoptando um interessante flanqueamento reentrante. Nas imediações do castelo foi recentemente posta a descoberto uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha. O castelo dos meados do Séc. XI, que certamente sofreu reformas e reconstruções depois dos eventos de 1058, não possuía Torre de Menagem, que era ainda ignorada entre a arquitectura castelar. Só no Séc. XII ela seria construída, sobrevivendo hoje apenas os entalhes rasgados na rocha³¹.

Junto a Coimbra, um pouco a Sul desta cidade, o Castelo de Penela, reconstruído por D. Sesnando (como o próprio declara expressamente no seu testamento, datado de 1087), apresenta igualmente vestígios importantes, conservando-se o Castelo, com cisterna (hoje incluído dentro do perímetro do castelo gótico), a necrópole de sepulturas escavadas na rocha e vestígios do habitat rupestre³².

A incorporação deste amplo espaço territorial dentro dos domínios cristãos conduziria a uma reforma da organização militar. As velhas *civitates* criadas por Afonso III já não podiam responder eficazmente às novas necessidades militares e, a partir dos meados do Séc. XI comecem a surgir as referências às *Terras*. Trata-se de unidades espaciais de área territorial menor que as *civitates*, comportando uma única fortificação, o castelo-cabeça-de-Terra, em torno do qual se organiza o povoamento. Este castelo seria confiado a um *tenente*, recrutado pelo monarca entre uma nova nobreza de armas (*milites*) que estava a ganhar um protagonismo crescente (os Infanções). Deste modo, podemos dizer, com Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que se o modelo das *civitates* correspondia a uma nobreza condal, este novo sistema organizativo, tendo por base as *Terras*, corresponde socialmente à afirmação dos Infanções³³. O sucesso desta

28 Cf. Luís GONZAGA DE AZEVEDO, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, 2^a ed., 1939, p. 3.

29 «Era M. C. II^o, VI^o Idus Iulii accepit Fernandus Rex Colimbriam.» (in António CRUZ, *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, 1968, p. 27). A data da reconquista definitiva de Coimbra foi a 9 de Julho de 1064 (e não 10 de Julho, como algumas fontes declaram) — cf. Augusto Botelho da Costa Veiga, «Solução do problema cronológico da segunda reconquista cristã de Coimbra», sep. de *Brotéria*, vol. XXVI, Lisboa, 1938.

30 Cf. Mário JORGE BARROCA, «Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)», *Portugalia*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto, 1990-91, pp. 101-102.

31 Cf. Mário JORGE BARROCA, «Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)», *Portugalia*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto, 1990-91, pp. 102-103.

32 Cf. Mário JORGE BARROCA, «Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)», *Portugalia*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto, 1990-91, pp. 105-111.

33 Cf. Carlos Alberto FERREIRA DE ALMEIDA, «Arte da Alta Idade Média», vol. II da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, 1986, pp. 150-151.

nova nobreza traduzir-se-ia na sua rápida ascensão social, levando-as a ocupar os mais destacados pontos da hierarquia social logo no Séc. XII. São as bem conhecidas linhagens de Ricos-Homens que o Professor José Mattoso estudou em diversos trabalhos seus³⁴. Significativamente, quatro das cinco linhagens que, nos inícios do séc. XII, se encontram no topo da hierarquia social tinham os seus interesses patrimoniais localizados precisamente no Douro Litoral, nesse espaço de fronteira: Maia, Riba-Douro, Baião e Sousa. A única linhagem que tinha interesses geograficamente mais afastados desta zona era a família dos Braganções, com bens localizados em Trás-os-Montes. Ou seja, estas linhagens não tinham bens no coração do Entre-Douro-e-Minho mas antes na periferia do território, nas zonas de fronteira, onde tiveram protagonismo militar. A ascensão social dos *milites* e infanções apoiou-se precisamente nesses novos castelos que começaram a surgir a partir dos meados do séc. XI e que correspondem às Terras. A nova nobreza haveria de impor, desde relativamente cedo, a hegemonia de um único castelo no interior de cada Terra, afastando todas as possíveis rivalidades e afirmando as prerrogativas senhoriais. No quadro de uma sociedade feudal, como era a que se estava a consolidar, seria impensável que dentro do território confiado a uma linhagem houvesse mais do que uma estrutura militar. As antigas *civitates* assistiriam, então, nestes meados do séc. XI, à progressiva redução do seu espaço ou à sua fragmentação em várias unidades de menor dimensão, as *Terras*. O exemplo de Anégia, nas margens do Douro, continua a ser elucidativo. No seu espaço geográfico, estruturado desde 875, surgiriam a partir de 1062 seis *Terras*: Baião, Benviver, Penafiel de Sousa e Aguiar de Sousa (na margem Norte), Paiva e Arouca (na margem Sul).

O aparecimento das *Terras* foi resultado de um processo lento, que se foi desenvolvendo aos poucos, ao longo de mais de um século, e que não foi resultado de uma reforma única³⁵. Na realidade, as primeiras referências ao aparecimento de *Terras* ocorrem a partir da década de 30 do Séc. XI, mas apenas se multiplicam significativamente a partir dos meados do século. O quadro numérico das primeiras referências aos novos territórios é perfeitamente elucidativo, espelhando a mudança conjuntural dos meados da centúria:

1030-1039	2
1040-1049	2
1050-1059	3
1060-1069	8
1070-1079	7
1080-1089	12
1090-1099	9

A leitura deste quadro numérico permite verificar que a viragem decisiva ocorre na década de 60 do Séc. XI. Na realidade, 84 % das referências a novas *Terras* ocorrem depois de 1060. Estas primeiras *Terras* surgem-nos, significativamente, nas zonas mais sensíveis do ponto de vista militar: no Douro Litoral e na zona Norte das Beiras. Diríamos que o espaço onde este novo modelo de organização primeiro triunfou foi o compreendido entre o curso dos rios Ave e Vouga, portanto a área geográfica que é atravessada sensivelmente a meio pelo vale do Douro. No entanto, o processo de formação das *Terras* apenas se completaria no Séc. XII, já no reinado de D. Afonso Henriques quando, por acção deste monarca e fruto da independência do reino, o modelo de organização se estendeu a zonas mais afastadas da fronteira meridional. É ao

34 Vd., por exemplo, José MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, 1982, e *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, 1981.

35 Sobre as *Terras*, o seu processo de formação e âmbito geográfico-cronológico, vd. Paulo MERÊA e A. AMORIM GIRÃO, «Territórios Portugueses do Século XI», *Revista Portuguesa de História*, vol. II, Coimbra, 1943, pp. 255-263; e Torquato DE SOUSA SOARES, «Nota I» in Henrique DE GAMA BARROS, *História da Administração Pública em Portugal (Séculos XII a XV)*, 2ª ed., vol. XI, Lisboa, 1945-54, pp. 221-396.

longo do Séc. XII que as *Terras* passam a englobar todo o Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, e atingem as zonas mais arredadas da Beira. Seria esta, portanto, a matriz da organização territorial e militar em que se apoiou o reino nos primeiros tempos da sua autonomia. E, do ponto de vista arquitectónico, podemos dizer que as *Terras* correspondem à afirmação do Castelo Românico.

A arquitectura dos castelos do Séc. XI era muito diferente da que iremos encontrar na centúria seguinte, resultado de uma evolução de crucial importância onde, por certo, muitas influências se cruzaram. Está ainda mal averiguada a influência que poderá ter tido na evolução da arquitectura militar portuguesa a chegada de nobres franceses e particularmente borgonheses, a partir dos fins do séc. XI, acompanhando a vinda do Conde D. Henrique. Ao longo da primeira metade do Séc. XII Portugal e a Península Ibérica não deixaram de receber o contributo de militares oriundos de diversas zonas de França, da Europa Setentrional e da Inglaterra, cujas influências no plano da arquitectura militar e da evolução da poliorcética são igualmente difíceis de avaliar. O contacto estreito com as soluções, quase sempre mais evoluídas, adoptadas pelas forças muçulmanas no Sul da Península, nomeadamente pelos Almorávidas, deve ter tido, igualmente, as suas consequências no devir da arquitectura militar cristã. Por fim, alguns contactos com o Oriente, nomeadamente no quadro da IIª Cruzada (lançada a partir de 1146), surtiram igualmente os seus efeitos — estes já identificados na arquitectura militar portuguesa³⁶. O certo é que ao longo do Séc. XII os castelos portugueses vão, paulatinamente, modificando o seu perfil. Os primeiros anos do Séc. XII devem ter sido momentos difíceis, reflexo de uma conjuntura desfavorável, onde se aliaram crises económicas e frumentárias à unificação do poder muçulmano sob os Almorávidas (1091-1145). Foi, por outro lado, o momento em que se clarificaram as relações entre castelos e territórios recém-formados, e em que se afirmou a supremacia de um único castelo em cada Terra, em detrimento de outras estruturas erguidas pelas populações, num processo que poderá não ter sido tão pacífico quanto se pensa³⁷. Mas aos poucos foram surgindo as inovações nos castelos. Multiplicam-se os torreões adossados aos panos de muralha, raros ou inexistentes na centúria precedente. O adarve, ou caminho de ronda, apoiado na secção superior das muralhas, passou a ser protegido por ameias ou merlões. Com perfis predominantemente rectangulares ou pentagonais, as ameias ou merlões eram maciços pétreos que ocupavam espaços de dimensões que sensivelmente equivalentes às dos espaços das aberturas. Desenvolveram-se os mecanismos de tiro, nomeadamente as seteiras, e aperfeiçoou-se o seu posicionamento na estrutura. No entanto, devemos sublinhar que o castelo românico é, ainda, um castelo que obedece a conceitos de defesa passiva, feito a pensar na resistência a cercos, aos quais opõe a verticalidade dos seus muros entendidos como virtualmente intransponíveis. Por fim, fruto da influência das Ordens Militares e, particularmente da Ordem do Templo, difunde-se entre nós a Torre de Menagem. Muitos dos primeiros castelos-cabeça-de-terra não devem ter conhecido, na sua fase inicial, a Torre de Menagem, que apenas foi acrescentada em fases mais tardias³⁸. Como já tivemos oportunidade de salientar em outros estudos, os mais antigos exemplos datados de Torres de Menagem encontram-se, em Portugal, sistematicamente associados aos castelos dos Templários e foram todos eles monumentalizados

36 Cf. Mário JORGE BARROCA, «A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Séc. XII», *Portugalia*, Nova Série, vol. XVII (Homenagem a Carlos Alberto FERREIRA DE ALMEIDA), Porto, 1996 (no prelo).

37 O exemplo de Castelo de Matos, em Baião, que foi sede da Terra de Baião, com o seu castelo de madeira, erguido apressadamente na segunda metade do Séc. XI, depois de criada a Terra (1066), e o incêndio que o destruiu alerta-nos para a possibilidade de estes processos terem gerado tensões sociais e dado origem a pequenos conflitos. Ao castelo de madeira, destruído por incêndio, sucedeu um castelo de pedra, erguido em fins do Séc. XI ou inícios do Séc. XII (cf. Mário JORGE BARROCA, «A Ocupação Medieval em Castelo de Matos. Primeira Abordagem», *Arqueologia*, vol. 17, Porto, 1988, pp. 164-168).

38 Cf. Carlos Alberto FERREIRA DE ALMEIDA, «Castelos e Cercas Medievais (Séculos X a XIII)», *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, 1989, p. 53; Idem, «Castelos Medievais do Noroeste de Portugal», *Finis Terrae — Estudos em Lembrança do Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela, 1992, p. 382.

pela inclusão de epígrafes: Tomar (1 de Março de 1160), Pombal (1171), Almourol (1171), Penas Róias (1172), Longroiva (1174)³⁹. Os Templários eram, para a sua época, os detentores dos mais avançados conhecimentos de arquitectura militar e de poliorcética, e foram responsáveis por outras inovações. A eles se deve, por exemplo, o mais antigo testemunho de uso da *hurdício* em Portugal (Longroiva, 1174). E a eles se deve, igualmente, o aparecimento do *alambor* em algumas estruturas pioneiras (Tomar, Soure, Pombal), solução que depois seria adoptada por outros castelos (como Arouce ou Lousã, Leiria, Juromenha, Lisboa). O uso do alambor em Tomar, no castelo erguido entre 1160-1170, onde foi aplicado numa escala nunca vista, alargado a todos os muros exteriores da fortificação, ajuda a compreender o sucesso militar desta fortificação, quando conseguiu resistir vitoriosamente ao cerco imposto pelo poderoso exército almohada de Abu Yusuf Yaqub Al-Mansur em 1190. E ajuda a compreender igualmente como esta Ordem era, na sua época, a instituição que estava dentro dos mais avançados conhecimentos militares, razão porque D. Afonso Henriques lhe confiaria algumas das zonas fulcrais na defesa do reino, nomeadamente os domínios a Sul de Coimbra (o primeiro em torno de Soure, compreendendo Pombal, Ega e Redinha; o segundo em torno de Tomar, compreendendo Ceras, Ferreira, Zêzere, Cardiga e Almourol) e uma vasta área territorial no Leste do reino, ao longo da margem Norte do Tejo (compreendendo Idanha-a-Velha, Castelo Branco, Açafa (hoje Rodão) e outros castelos). A confiança de D. Afonso Henriques nos Templários parece ter aumentado sobretudo desde a chegada de D. Gualdim Pais, que em 1156 regressa da Terra Santa, onde participara na tomada de Escalona (1153), no cerco de Antioquia, e onde combatera as forças do Rei da Síria e do Sultão do Egipto. A sua passagem pelo Oriente, onde contactou com as mais avançadas experiências da arquitectura militar da época, e a sua ascensão a Mestre dos Templários em Portugal (cargo que ocupa entre 1156 e 1195, ano da sua morte), haveriam de ter uma influência decisiva na evolução da arquitectura militar portuguesa. A entrega aos Templários da defesa dos acessos Sul à cidade de Coimbra ganha particular significado se tivermos em conta que esta cidade era, desde 1131, a capital do reino, onde o monarca mais tempo permanecia.

Mas não seria apenas a Ordem do Templo a ter um papel decisivo na evolução da arquitectura militar. Também a Ordem do Hospital, nos fins do Séc. XII, haveria de promover a construção de algumas importantes fortificações onde espelha o bom domínio das formas arquitectónicas, como é o caso do Castelo de Belver, na margem Norte do Tejo, erguido em herdade doada por D. Sancho I⁴⁰.

Com a Reconquista definitivamente afastada dos palcos do Entre-Douro-e-Minho, a arquitectura militar mais inovadora começa, também, a aparecer noutras zonas cada vez mais afastadas do Norte de Portugal. A nova geografia do reino, e o avanço da fronteira para Sul, seriam consagrados pela transferência da corte régia para a cidade de Coimbra (a partir de 1131). Uma transferência que consagrou, igualmente, a ascensão de um novo grupo de *milites*, de nobres-de-armas, onde os cavaleiros de Coimbra ganharam protagonismo e influência junto do jovem monarca, face a uma velha nobreza que ocupava já os lugares cimeiros da hierarquia social. Seria nestes cavaleiros de Coimbra, nos da zona de Viseu e, mais tarde, nos da zona de Leiria, que D. Afonso Henriques se apoiaria para alguns dos seus feitos-de-armas. A construção do Castelo de Leiria, a partir de 1135, marca uma viragem decisiva no progresso das forças cristãs

39 Cf. Mário JORGE BARROCA, «Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)», *Portugalia*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto, 1990-91, p. 121; Mário JORGE BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, diss. de doutoramento, vol. II, tomo I, Porto, 1995, Insc. N° 104, 136, 137, 142 e 148; Mário JORGE BARROCA, «A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Séc. XII», *Portugalia*, Nova Série, vol. XVII (Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida), Porto, 1996 (no prelo).

40 Cf. *Documentos de D. Sancho I*, doc. 73, de 13 de Junho de 1194, pelo qual o monarca doa aos Hospitalários a «... terra que vocatur Guidimtesta in qua concedimus vobis ut faciatis castellum quodam cui imponimus nomen Belver ...».

no sentido de Santarém e de Lisboa, cidades que seriam conquistadas em 1147, aproveitando-se uma conjuntura militar de novo favorável às forças cristãs, que coincidiu com a formação dos segundos Reinos Taifas (1145-1156). As forças cristãs estavam, então, em condições de se lançar na reconquista do Alentejo, tarefa que se começa a concretizar sobretudo a partir dos anos 60 do Séc. XII. Mas os progressos militares alcançados ao longo da segunda metade da centúria sofreriam duro revés com a ascensão ao poder de Abu Yusuf Yaqub, cognominado o Al-Mansur (1185-1199), que à frente do exército almohada haveria de reconquistar, uma após outra, quase todas as posições cristãs a Sul do Tejo, ameaçando mesmo as zonas a Norte deste rio, com campanhas militares que deixaram memória bem viva entre as forças cristãs (como é o caso da campanha de 1190 que levou ao saque e incêndio de Torres Novas e ao cerco de Tomar, ou como é o caso da histórica vitória de Alarcos, em 1195)⁴¹. Seria necessário aguardar pela viragem de século para a conjuntura se começar a modificar. A vitória cristã em Navas de Tolosa, em 1212, consagra essa viragem.

Aproveitando a nova conjuntura, as forças cristãs lançaram-se no Séc. XIII na reconquista definitiva do Alentejo, uma empresa onde ganhou cada vez mais relevo o contributo das Ordens Militares (já não tanto os Templários e os Hospitalários, a quem esteve confiada a defesa do vale do Tejo na segunda metade do Séc. XII, mas sobretudo os Cavaleiros de Évora, depois estruturados na Ordem de Avis, o ramo português de Calatrava, e os cavaleiros da Ordem de Santiago). O processo culminaria com o fim da Reconquista em 1248-49, com a conquista de Faro e do Algarve⁴². Em quarenta anos as forças cristãs levaram a linha de fronteira do vale do Tejo (para onde tinha recuado depois das investidas de Al-Mansur em 1190-1191) até ao Algarve. No Sul as forças cristãs tomaram contacto com a arquitectura militar almohada, bastante evoluída, que se ilustra com magníficos exemplos como Mértola, Paderne e Silves. Uma arquitectura caracterizada por plantas poligonais irregulares, com um número elevado de torreões adossados aos panos de muralha, assinalando cada inflexão do itinerário dos muros, possibilitando um flanqueamento eficaz, com torres albarrãs e com couraças, com mecanismos defensivos mais elaborados e mais bem conseguidos⁴³. O contacto com estas soluções teve, igualmente, repercursões na arquitectura militar cristã, que rapidamente incorporou as novidades.

O salto qualitativo verificar-se-á, na arquitectura militar cristã, com o reinado de D. Afonso III (1248-1279) e, sobretudo com o reinado de D. Dinis (1279-1325). Serão estes dois monarcas os responsáveis pela introdução de uma série de soluções que anunciam o castelo gótico e o triunfo dos conceitos de defesa activa na arquitectura militar portuguesa. A conjuntura vivida pelo reino nos fins do Séc. XII e na primeira metade do Séc. XIII ajudam a explicar algum atraso na penetração destas inovações que, em França, se desenham já nos castelos de Filipe Augusto (1180-1223). Na realidade, o reino assistira a uma série de maus anos agrícolas, sofrera a pressão devastadora da re-organização almohada e, quando parecia estar em condições de recuperar dessa fase adversa, que se estendera entre 1190 e 1210, mergulhara numa série de conflitos internos. Primeiro em torno da herança de D. Sancho I, com o novo monarca, D. Afonso II, a opor-se à herança de suas irmãs, as Infantas D. Teresa, Sancha e Mafalda,

41 Sobre as campanhas militares almohadas no território português veja-se Ambrósio Huici Miranda, «Las Campañas de Ya'Qub Al-Mansur en 1190 y 1191», *Anais* (da Academia Portuguesa de História), IIª Série, vol. 5, Lisboa, 1954, pp. 53-74; José Mattoso, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1993, pp. 95-97; e o relato árabe em António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, vol. III, Lisboa, 1973, pp. 311-315.

42 Continua a merecer consulta a síntese ensaiada por Rui de Azevedo para a Reconquista a Sul de Coimbra e do Mondego — cf. RUI DE AZEVEDO, «Período de Formação Territorial», *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, pp. 7-64.

43 Sobre a arquitectura militar muçulmana em Portugal vd. Basilio PAVON MALDONADO, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas. Crónicas de Viajes por el Sur de Portugal*, Madrid, 1993; e Rosa VARELA GOMES, «A Arquitectura Militar Muçulmana», *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, 1989, pp. 27-37. Aguardamos com expectativa a conclusão da dissertação de doutoramento da Dr.ª Helena CATARINO, da Universidade de Coimbra, dedicada ao estudo dos sistemas defensivos no Sul de Portugal, em particular no Algarve.

numa crise que se arrastou por todo o seu governo e que teve diversos perfis⁴⁴. Depois, com a subida ao poder de D. Sancho II, e a crise que se desenhou na sua menoridade, com a nobreza a aproveitar a fraqueza do monarca para proceder aos mais variados desmandos, num crescendo que culminaria com o período de anarquia dos anos 30 e com a guerra civil de 1245-1248 que levou à deposição de D. Sancho II e à subida ao poder de seu irmão, D. Afonso III⁴⁵. Todas estas circunstâncias ajudam, de alguma forma, a compreender os motivos porque o reino foi adiando a reforma dos seus sistemas defensivos.

O itinerário pessoal do novo monarca antes de alcançar o trono importa para compreender as influências que se detectam nas novas formas da arquitectura militar portuguesa a partir dos meados do Séc. XIII. Na realidade, Afonso casara com Matilde, condessa de Bolonha, assumindo assim o título condal francês. O contacto com a realidade francesa, para onde se terá deslocado ainda antes de 1230, onde casou em 1239 e onde permaneceu até 1245, fez-se sentir em diversos níveis em Portugal depois do Conde de Bolonha ter regressado ao reino, nomeadamente no que concerne à evolução da arquitectura militar e da arquitectura civil, mas também no que respeita à introdução e triunfo da Heráldica familiar, a um novo perfil conferido à Corte régia, ao triunfo de uma certa cultura cortesã, etc.

Seria, assim, D. Afonso III o responsável pelos primeiros sintomas de mudança na nossa arquitectura militar. Efectivamente, a D. Afonso III se deve o primeiro exemplo datado de um balcão com matacões (Melgaço, 1263)⁴⁶, e a reforma de alguns castelos raianos (de que Estremoz, em 1261, pode ser apontado como exemplo)⁴⁷. O balcão com matacões pode ser apontado como o primeiro sintoma claro e significativo da introdução dos conceitos de defesa activa na nossa arquitectura militar. Mas é seguramente seu filho, D. Dinis (1279-1325), quem terá uma palavra decisiva na renovação da arquitectura militar portuguesa. A sua actuação far-se-à sentir em diversas vertentes.

No quadro de um processo mais vasto, que visou o controle do poder da Nobreza, D. Dinis começaria por esvaziar, paulatinamente, de poder os *tenentes*, conferindo cada vez mais à tenência de castelos um papel quase honorífico⁴⁸. Num segundo momento, que podemos localizar no ano de 1287, aboliu os cargos de *tenentes*. Ou, para sermos mais rigorosos, os nobres que, na corte régia, testemunhavam os diplomas do monarca, declarando sistematicamente à frente dos seus nomes a tenência que ocupavam⁴⁹, deixam, a partir de 1287, de o declarar quando testemunham os actos régios. No lugar das *Terras* passam a surgir sobretudo os *Julgados*, que apesar de manterem quase inalterado o espaço geográfico, acentuam muito mais a dimensão civil e judicial, descurando a dimensão militar outrora tão presente. As comunidades começam a ter menos obrigações no que respeita à prestação de serviços militares ao castelo (nomeadamente na anúduva e noutros serviços). Paralelamente, aos *Tenentes* sucedem os *Alcaides*, funcionários de nomeação régia. O passo seguinte seria dado por seu filho e sucessor, D. Afonso IV, que atribuiu aos Corregedores das Comarcas a tarefa de visitarem regularmente os castelos, verificando arsenais e dando conta ao rei das obras cuja execução entendessem ser necessária:

44 Cf. José MATTOSO, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1993, pp. 102-115.

45 Cf. José MATTOSO, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1993, pp. 127-133.

46 Cf. Mário JORGE BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, diss. de Doutoramento, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. Nº 360, pp. 737-739.

47 Cf. Mário JORGE BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, diss. de Doutoramento, vol. II, tomo 1, Porto, 1995, Insc. Nº 352, pp. 720-723.

48 Sobre as *Terras* e as tenências veja-se a análise decisiva traçada por Leontina VENTURA, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, diss. de Doutoramento, vol. I, Coimbra, 1992, pp. 254-301.

49 Se no início essa presença e referência na confirmação dos diplomas régios pode ter sido mais ou menos esporádica, ela tornou-se sistemática desde 1222 — cf. Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, diss. de Doutoramento, vol. I, Coimbra, 1992, p. 258.

«Outrosy deve d'entrar nos castellos que teem os Alcaydes e veer como estam bastidos tam bem d'armas como doutras cousas que lhe fezerem mester. E se as torres ou andaymos ham mester de se correger. E de se adubarem. E como todo esto achar assy o deve fazer saber a el Rej. E eso meesmo deve fazer saber das çercas e das villas, e faça-o logo correger.»⁵⁰.

Esta medida traduz-se num esforço crescente da coroa de controlar as fortificações do reino e de assegurar a sua eficaz manutenção.

Com a assinatura do Tratado de Alcanices, em 1297, faz agora setecentos anos, o monarca inflectiria a política régia em relação aos castelos, passando a dar especial atenção às fortificações que se localizavam ao longo da fronteira terrestre do reino, agora estabilizada e consagrada pelo Tratado diplomático assinado com Fernando IV. As fortificações que passam a atrair as atenções do monarca escalonam-se em duas linhas de defesa, uma de primeiro impacto, outra um pouco mais recuada. Para além destas linhas de defesa, a coroa não esqueceria os castelos que se alinhavam ao longo das principais vias de acesso aos pontos fulcrais do reino, nomeadamente a Lisboa e às maiores cidades (Coimbra, Santarém, Évora). São estes castelos os primeiros a receber as reformas que introduziriam os conceitos de defesa activa na nossa arquitectura militar.

O fim das referências às *Terras*, o advento do castelo gótico, o progressivo abandono dos castelos-cabeça-de-terra e o incremento do interesse régio pelos castelos raianos são vectores que não devem, no entanto, ser apenas relacionados com o fim da empresa da Reconquista (em 1249) e com a consciência de uma estabilização da fronteira. Devem, igualmente, ser enquadrados no contexto de um momento de viragem social decisivo, quando a coroa consegue dominar a Nobreza e dar o início ao processo de centralização do poder. No quadro da nova conjuntura, que se começa a desenhar sobretudo com D. Dinis, certamente não interessava um reino militarizado, com inúmeros castelos dispersos pelo seu espaço, confiados a uma Nobreza terra-tenente. Também por isso os castelos do interior do reino, que ajudaram a defender e estruturar o reino no seu primeiro século e meio de existência, entraram em decadência sendo paulatinamente abandonados.

Com D. Afonso III e D. Dinis triunfa, em Portugal, o *Ius Crenelandi*, ou seja, o monopólio régio de edificar fortificações ou obras militares⁵¹. Os primeiros sintomas da adopção deste conceito jurídico são anteriores aos meados do Séc. XIII, e podem ser já detectados com D. Sancho I (quando este monarca manda destruir uma série de torres senhoriais fortificadas, nomeadamente quando em 1210 manda derrubar e queimar a Torre que D. Lourenço Fernandes da Cunha tinha erguido em Cunha⁵²). Sentiram-se, igualmente, de alguma forma quando D. Afonso II levantou a questão em torno da herança de D. Sancho II, não aceitando que suas irmãs, as Infantas D. Teresa, Sancha e Mafalda, recebessem os castelos que seu pai deixara em testamento, motivo que esteve na origem de prolongada contenda só solucionada com intervenção papal. No entanto, o reinado de D. Sancho II parece ter marcado um retrocesso na afirmação deste princípio jurídico, que apenas seria decisivamente afirmado por D. Afonso III e por D. Dinis. A conjugação destes dois aspectos —por um lado a afirmação do *Ius Crenelandi*, ou seja, do monopólio régio sobre a construção de fortificações, e por outro lado a implementação das reformas arquitectónicas nas fortificações portuguesas, para a adopção dos conceitos góti-

50 Passagem da Lei de D. Afonso IV sobre as atribuições dos Corregedores —«*De quaeis feitos devem de conhecer os Corregedores nas terras*»— cf. *Ordenações Del-Rei Dom Duarte*, Lisboa, 1988, pp. 507-508.

51 Sobre o triunfo deste princípio noutros países europeus veja-se, por exemplo, D. J. CATHCART KING, *The Castle in England and Wales. An Interpretative History*, Londres, 1991, pp. 20-24.

52 Vd. Mário JORGE BARROCA, «Em torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares», *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, vol. IX, Porto, INIC, 1989, pp. 9-61; e Mário JORGE BARROCA, «Torres, Casas-Torres e Casas-Fortes: A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Séc. XII-XV)», *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 1997 (no prelo).

cos de defesa activa— estaria na origem de um importante conjunto de epígrafes comemorando a intervenção régia na reforma dos castelos. Na realidade, para além dos numerosos vestígios sobreviventes, conhecemos diversas referências documentais, cronísticas e epigráficas que revelam esse movimento de reforma dos castelos portugueses, que D. Dinis desenvolveu de forma sistemática a partir dos fins dos anos 80 do Séc. XIII e que se prolongou de forma particularmente dinâmica até à segunda década do Séc. XIV, grosso modo entre 1288 e 1315. O Conde D. Pedro, na sua *Crónica Geral de Espanha de 1344*, regista obras promovidas por D. Dinis em 29 castelos distintos⁵³. Por seu turno, Rui de Pina, na *Crónica del Rei D. Dinis*, refere a promoção de obras em 47 castelos⁵⁴. O nosso levantamento epigráfico permitiu identificar 27 inscrições repartidas por 18 castelos diferentes. Este volume de inscrições comemorando a intervenção régia em obras de castelos ganha outra expressividade se tivermos em consideração que antes dos meados do séc. XIII apenas conhecemos duas epígrafes régias relacionadas com fortificações (Coimbra, 1198 e 1211). Todas estas referências, cronísticas e epigráficas, que espelham um notável esforço de reforma e modernização dos castelos portugueses, como até então o reino jamais conhecera, podem ser sistematizadas no seguinte Quadro:

REFORMAS EM CASTELOS-REINADO DE D. DINIS (1279-1235)

Zona	Ref. ^a Cronística	Ref. ^a Cronística + Ref. ^a Epigráfica	Ref. ^a Epigráfica	Totais
Alentejo e Algarve	12	11	4	27
Beira litoral	1	—	1	2
Beira interior	10	1	—	11
Trás-os-Montes	8	1	—	9
Entre-Douro-e-Minho	5	—	—	5
Totais	36	13	5	54

Estas obras, que se documentam em 54 castelos distintos e que constituem o mais arrojado e sistemático plano de reforma dos castelos que o reino conheceu até então, traduzir-se-iam na difusão do castelo gótico em Portugal. Uma nova concepção de fortificação, receptiva aos princípios da defesa activa, triunfava. As mudanças fazem-se sentir em vários aspectos, dos quais salientáramos, antes do mais, a difusão dos balcões com matacães. Inovação do tempo de Afonso III, eles seriam difundidos sobretudo com D. Dinis, que os levou a quase todas as fortificações operacionais. Primeiro coroaram as portas de entrada de castelos e de Torres de Menagem. Depois foram multiplicando-se sobre outras zonas, visando sempre o tiro vertical sobre os itinerários de acesso ao castelo. No caso das Torres de Menagem, os balcões com matacães começam por surgir na perpendicular da porta de entrada, para depois se multiplicarem por todas as faces das torres e, finalmente, adoptarem (já com D. João I), o posicionamento nos ângulos, quase pressagiando as guaritas modernas. Noutros casos, bastante mais raros, a opção recaiu sobre os *machicoulis* (como vemos, por exemplo, nas Torres de Menagem de Melgaço, Monforte de Rio Livre e Penamacor, tudo exemplos dionisínos). No que respeita aos seus muros, o castelo gótico traduzir-se-à pela presença alargada de torreões adossados aos panos de muralha, permitindo um tiro flanqueado eficaz. A distância entre os torreões oscilará muitas vezes entre os 8 e 12 metros, permitindo assim tiro cruzado sobre a base de cada um dos torreões. Alguns deles apresentam-se, ainda, abertos pela gola, evitando que possam ser utilizados para o

53 Cf. Conde D. Pedro, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. de L. F. LINDLEY CINTRA, vol. IV, Lisboa, 198, p. 243.

54 Cf. RUI DE PINA, *Crónica del Rei D. Dinis*, Lisboa, 1907, pp. 160-161.

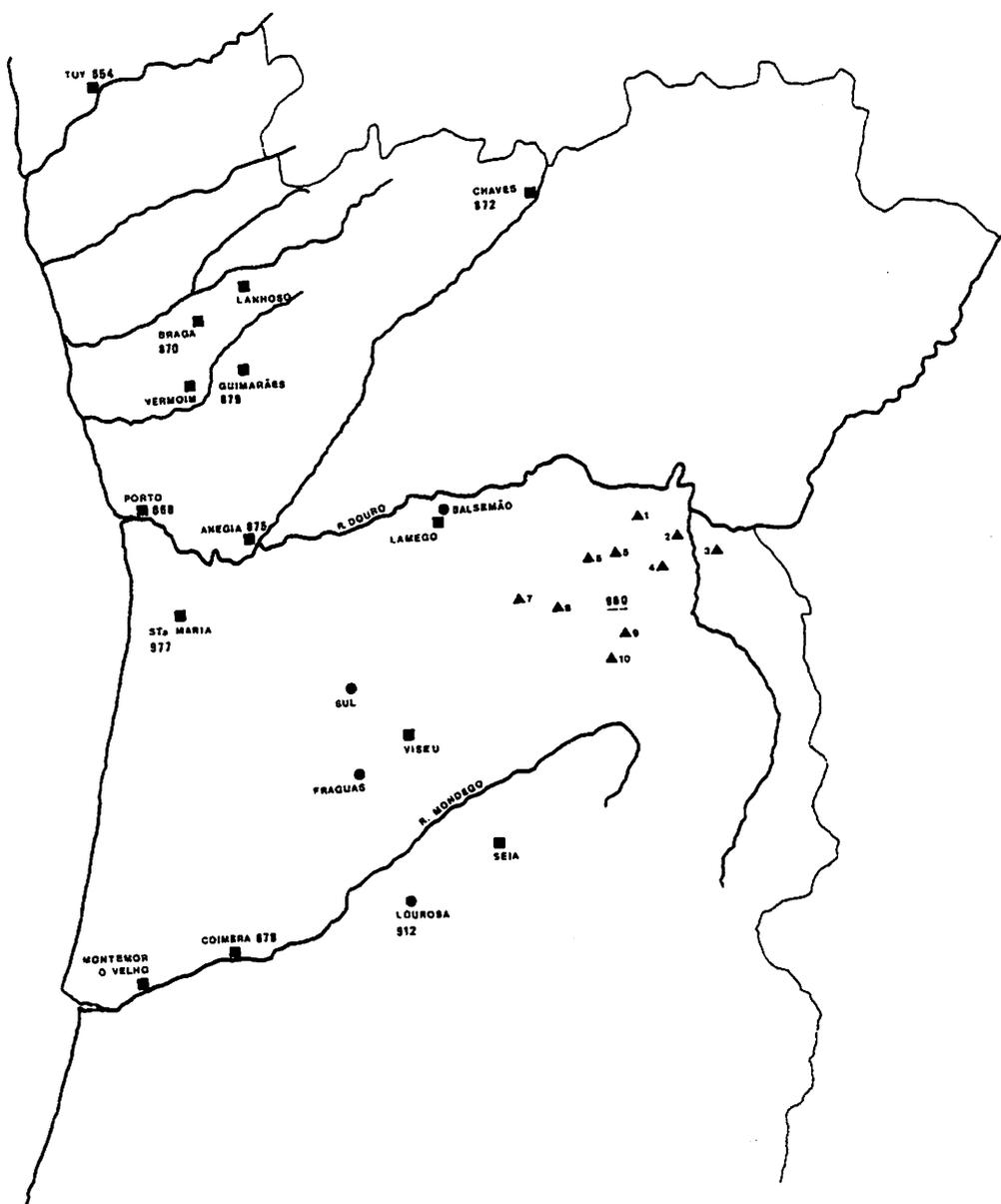


Figura 1. A Reconquista nos Séc. IX/X - Presúrias e Civitates.

- Civitates e Castelos (Séc. IX-X)
- ▲ Templos moçárabes (Séc. X)
- Castelos de D. Flamula (960)

entrincheiramento de forças inimigas (como, por exemplo, acontece em Terena). Os caminhos de ronda tornam-se mais largos, facilitando a deslocação das guarnições militares. Os adarves passam a ser coroados pelos chamados «merlões deitados», ameias de perfil rectangular que se alargam significativamente, possibilitando uma defesa mais eficaz dos soldados. Ao mesmo tempo que o espaço das aberturas, ou seja, o espaço que quedava livre entre duas ameias ou merlões, reduz-se. Nalguns casos detecta-se o uso de *manteletes*, peças de madeira que eram suspensas entre dois merlões (como em Guimarães). Ao nível das seteiras passou-se da ranhura vertical simples, apenas apta para o uso do arco, predominantes no castelo românico, para as seteiras cruciformes, adaptadas para uso de arco e besta, espelhando assim o triunfo e a difusão da besta no equipamento do exército. No que respeita à Torre de Menagem, ela deixa de ser uma construção isolada no centro do pátio, organismo autónomo dentro do castelo, como acontecia com o castelo românico, para passar a estar organicamente articulada com os vários mecanismos defensivos do castelo gótico. Neste sentido, ela aproxima-se dos muros, adossando-se, e completa a defesa nos locais mais frágeis, nomeadamente nas imediações dos acessos e das portas de entrada. As Torres de Menagem góticas começam, igualmente a alargar-se, aumentando as áreas residenciais, como se pode admirar em Monforte de Rio Livre ou em Vilar Maior, num processo que irá culminar com as majestosas torres de menagens de D. João I, de que as de Bragança, de Estremoz e de Beja podem ser apontadas como exemplos paradigmáticos. Em alguns casos optou-se por plantas poligonais, bastante raras entre nós, fugindo ao modelo quase hegemónico das plantas quadrangulares. Encontramos exemplos de Torres de Menagem poligonais em Algosó, Freixo-de-Espada-à-Cinta, Sabugal, Dornes, Penha Garcia, Castelo Branco e Monsaraz, tudo construções dionisinas ou posteriores. Por fim, começam a surgir as defesas exteriores, nomeadamente as barbacãs, muros baixos e ameados, separados da muralha principal pela liça, que circundam todo o castelo (como em Sabugal, por exemplo) ou que, noutros casos, se circunscrevem apenas à zona da porta de entrada (as «barbacãs de porta», como vemos em Monsanto ou em Aguiar da Pena). A esmagadora maioria destas soluções parece ser, no entanto, mais tardia, atribuíveis já ao reinado de D. João I ou aos seus sucessores. Aparentemente, este tipo de soluções terá sido amplamente utilizado com D. Afonso V e sobretudo com D. João II que, num derradeiro esforço de adaptar os castelos medievais à lógica da pirobalística, promove um importante volume de obras nos castelos raianos.

O impressionante movimento de obras em castelos portugueses que se detecta a partir dos meados do Séc. XIII e que encontra nos fins dessa centúria e nos inícios do Séc. XIV um momento culminante, seria realizado por arquitectos ou mestres construtores especializados. Na realidade, enquanto que todo o esforço de construção do castelo românico se ficou a dever a mestres anónimos, que não deixaram memória dos seus nomes, o castelo gótico daria origem, pela primeira vez na história da arquitectura militar portuguesa, a um volume significativo de memórias revelando o nome dos arquitectos. Conhecemos 12 epígrafes que memorizaram a identidade de arquitectos militares, e na documentação da época podem ser colhidas mais outras identidades. Este novo panorama, onde o mestre ou arquitecto se preocupa em deixar vinculada à obra a sua identidade, revela-nos indirectamente a presença de um corpo de profissionais especializados. O castelo gótico já não é uma construção feita por qualquer pessoa, é o resultado de mestres experientes, que aplicam um conjunto de regras de construção relativamente rígidas.

O castelo gótico foi, também, o primeiro castelo que, fruto dos mecanismos de defesa de que se muniu, foi capaz de se libertar das condicionantes topográficas. Na realidade, os mecanismos de defesa activa permitiram que o castelo gótico deixasse de encarar a topografia do terreno como um aliado indispensável na defesa dos muros. Confiantes na sua capacidade de auto-defesa, algumas fortificações seriam implantadas em terrenos de planície, de cota baixa, o que daria origem a um interessante conjunto de fortificações onde o desenho se liberta das condicionantes do sítio, adquirindo plantas geométricas (como é o caso do Castelo de Valongo, junto a Évora, ou do Castelo da Amieira, um pouco a sul do Tejo).